



Prova Escrita objetiva – Nível Superior

ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA - ESPECIALIDADE - ANALISTA EM ADMINISTRAÇÃO

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – O mito da maioria penal

Marcelo Freixo, O Globo, 02/04/2015

“Quando falo sobre redução da maioria penal, costume dizer que a sociedade precisa decidir em que banco quer ver a juventude. Se no banco da escola ou no banco dos réus. Antontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a constitucionalidade da PEC que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos”.

1

Segundo o exposto no texto 1, depreende-se que o autor do texto:

- (A) apoia a decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara;
- (B) critica o sistema educacional, incapaz de manter as crianças na escola;
- (C) desaprova a redução da maioria penal de 18 para 16 anos;
- (D) lamenta afetivamente o encaminhamento de menores para a prisão;
- (E) aplaude a aprovação da constitucionalidade da PEC que reduz a maioria penal.

2

O autor do texto 1 apela para algumas estratégias argumentativas; a estratégia identificada de forma correta e adequada ao texto é:

- (A) a criação de autoridade para os seus argumentos ao citar a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados;
- (B) o aumento da força de seus argumentos ao colocar as opiniões em primeira pessoa do singular;
- (C) o apelo à intimidação do leitor, antecipando os perigos sociais de uma parte delinquente de nossa juventude;
- (D) a utilização de um falso argumento “ou um ou outro”, ao dizer “no banco da escola ou no banco dos réus”;
- (E) o uso de argumento apoiado em pública autoridade ao indicar a preferência do Congresso Nacional pela redução da maioria penal.

3

“Se no banco da escola ou no banco dos réus. Antontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção”.

A forma correta dos demonstrativos na substituição do termo sublinhado é:

- (A) esse/àquele;
- (B) este/àquele;
- (C) aquele a esse;
- (D) aquele a este;
- (E) esse a este.

4

A charge abaixo, publicada no jornal O Dia (PI) em 1 de abril de 2015, produz humor apoiada numa figura de linguagem expressa graficamente, figura essa denominada:



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

- (A) metáfora;
- (B) metonímia;
- (C) hipérbole;
- (D) pleonasma;
- (E) catacrese.

5



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

A charge acima, do caricaturista Samuca, publicada no Diário de Pernambuco em 1 de abril de 2015, expõe um dos pontos de vista sobre a redução da maioria penal, que pode ser expresso na seguinte frase:

- (A) A infância abandonada pelos pais, que passam todo o dia fora de casa, acaba por cometer delitos que a levam para a cadeia;
- (B) O fato de muitas crianças trocarem a sala de aula pelo campo de futebol pode ser o início de uma vida na ilegalidade;
- (C) Crianças devem ser tratadas como tais e não serem passíveis de penas que atingem os adultos;
- (D) O futebol, como outros esportes, pode servir de caminho para que as crianças não ingressem no mundo do crime;
- (E) A redução da maioria penal não deve atingir as crianças muito pequenas, que devem ocupar seu tempo em estudo e divertimento.

6

Abaixo foram transcritos trechos de cartas de leitores de um jornal sobre a maioridade penal; a opção cujo posicionamento contraria especificamente uma afirmação do texto 1 é:

- (A) “Ser a favor ou contra a redução da maioridade penal é um direito inalienável de cada cidadão, mas, alegar que a redução de 18 para 16 anos colocará a nossa juventude no sistema prisional é o mesmo que confundir alhos com bugalhos”.
- (B) “O discurso contrário à redução da maioridade penal é o mesmo, assim como as justificativas para não adotá-la no país. Uma delas é a questão da precariedade do sistema penitenciário no Brasil”.
- (C) “Preocupante que a CCJ tenha dado aval para que a proposta de redução da menoridade penal seja discutida e até votada no Congresso Nacional”.
- (D) “Mandar adolescentes para a cadeia só irá piorar as coisas e aumentar ainda mais a violência e o crime na já conturbada sociedade brasileira”.
- (E) “Ninguém acredita que essa redução da maioridade penal irá resolver a questão da segurança pública. Apenas acreditamos que homicidas serão, realmente, punidos”.

7

Ao intitular o texto 1 como “O mito da maioridade penal” o autor do texto:

- (A) antecipa um posicionamento sobre o tema abordado;
- (B) mostra o tema como algo fora de época;
- (C) destaca o tema como algo importante;
- (D) considera o tema do ponto de vista literário;
- (E) condena a discussão do tema.

8

A UOL Cotidiano lista uma série de razões contra e a favor da redução da maioridade penal; a razão abaixo que NÃO está adequadamente expressa contra a redução é:

- (A) a redução da maioridade penal fere uma das cláusulas pétreas (aquelas que não podem ser modificadas por congressistas) da Constituição de 1988;
- (B) a inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional brasileiro não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade;
- (C) a pressão para a redução da maioridade penal está baseada em dados estatísticos e não em casos isolados;
- (D) em vez de reduzir a maioridade penal, o governo deveria investir em educação e em políticas públicas para proteger os jovens e diminuir a vulnerabilidade deles ao crime;
- (E) a redução da maioridade penal iria afetar, preferencialmente, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas do Brasil, na medida em que este é o perfil de boa parte da população carcerária brasileira.

9

“O Brasil precisa alinhar a sua legislação à de países desenvolvidos como os Estados Unidos, onde, na maioria dos Estados, adolescentes acima de 12 anos de idade podem ser submetidos a processos judiciais da mesma forma que adultos”.

Sobre esse argumento, a afirmação correta é:

- (A) mostra opinião contrária à redução da maioridade penal;
- (B) indica a legislação de todos os estados americanos como parâmetro a ser seguido no Brasil;
- (C) destaca os países desenvolvidos como exemplos onde a redução da maioridade penal não foi adotada;
- (D) apela a um absurdo a fim de que a força de seu argumento seja intensificada;
- (E) aponta um país considerado superior ao Brasil onde já se aplica a redução da maioridade penal para que sirva de exemplo.

10

Em documento que circula pela Internet estão apontadas 18 razões para que não haja redução da maioridade penal; entre elas, a razão que se apoia em fator sem referência a valor ou desvalor intrínseco da redução é:

- (A) a redução em foco esbarra no fato de o sistema prisional brasileiro não suportar mais pessoas;
- (B) a redução da maioridade penal trata o efeito, mas não a causa;
- (C) a redução da maioridade penal não afasta os adolescentes do crime;
- (D) a redução pretendida afronta leis brasileiras e internacionais;
- (E) a redução almejada não respeita os direitos de crianças e adolescentes.

TEXTO 2 - O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica. Os poderes públicos, inclusive o Judiciário, estão em dívida com a sociedade por conta da inobservância do estatuto em sua integralidade.

Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (Aloysio Nunes Ferreira, *Época*).

11

Argumentativamente falando, as palavras do enunciador do texto 2:

- (A) condenam o ECA por seu excesso de benevolência;
- (B) aplaudem o Governo por suas medidas educativas;
- (C) criticam os poderes públicos por só aplicarem as leis estabelecidas pelo ECA;
- (D) apoiam o ECA, mas reconhecem limitações em alguns casos;
- (E) defendem incondicionalmente a redução da maioridade penal.

12

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”.

A inclusão de uma vírgula entre os dois segmentos (texto 2) faz supor a implícita existência de um conector entre eles; tal conector deveria representar:

- (A) uma concessão, como “ainda que”;
- (B) uma adversidade, como “porém”;
- (C) uma conclusão, como “logo”;
- (D) uma explicação, como “pois”;
- (E) uma proporcionalidade, como “à medida que”.

13

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2 há duas ocorrências sublinhadas do vocábulo “mesmo”; sobre essas ocorrências, é correto afirmar que:

- (A) ambas equivalem ao sentido de inclusão;
- (B) só a primeira ocorrência indica concessão;
- (C) só a segunda ocorrência indica concessão;
- (D) só a primeira ocorrência indica inclusão;
- (E) só a segunda ocorrência indica inclusão.

14

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que (1) são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que (2) isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2, o elemento que NÃO estabelece coesão formal com nenhum termo anterior é:

- (A) outras;
- (B) advertência;
- (C) que (1);
- (D) que (2);
- (E) isso.

15

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

O adjetivo que, por sua tipologia, mostra um tipo diferente dos demais é:

- (A) ignorada;
- (B) previstas;
- (C) severas;
- (D) justa;
- (E) generosa.

16

A frase abaixo em que está ausente qualquer processo de intensificação de adjetivos é:

- (A) “O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa”;
- (B) “...ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”;
- (C) “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência...”;
- (D) “...a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas”;
- (E) “...é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

17

Observe o gráfico a seguir e destaque a afirmação que se coaduna com os dados apresentados.

A MELHOR IDADE PARA A RESPONSABILIDADE PENAL EXISTE? QUAL A IDADE DA RESPONSABILIDADE PENAL EM ALGUNS PAÍSES.



- (A) Países desenvolvidos apoiam a redução da maioridade penal;
- (B) A segurança se consegue com a retirada de elementos perigosos das ruas;
- (C) A lei brasileira é mais rígida que a de muitos outros países desenvolvidos;
- (D) As dúvidas sobre a idade ideal de responsabilidade penal é visível;
- (E) Países subdesenvolvidos pretendem ressocializar os delinquentes.

18

No texto 2 aparece o seguinte segmento: “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Sobre as sanções previstas, a afirmação correta é:

- (A) as sanções estão dispostas, no texto, em ordem crescente de penalização;
- (B) a internação aparece como menos grave do que a privação de liberdade;
- (C) as sanções menos severas incluem a internação;
- (D) as sanções aparecem citadas em ordem decrescente de rigor;
- (E) as sanções citadas aparecem citadas aleatoriamente.

19

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Os termos que, se trocados de posição, acarretam modificação de sentido, são:

- (A) o único remédio / o remédio único;
- (B) população jovem / jovem população;
- (C) determinados casos / casos determinados;
- (D) punição mais eficaz / mais eficaz punição;
- (E) Estatuto da Criança e do Adolescente / Estatuto do Adolescente e da Criança.

20

Entre as palavras abaixo, aquela que mostra uma formação distinta das demais é:

- (A) promoção;
- (B) proteção;
- (C) internação;
- (D) população;
- (E) prevenção.

21

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Nesse segmento do texto 2, o termo empregado em sentido conotativo (ou figurado) é:

- (A) punição;
- (B) remédio;
- (C) violência;
- (D) população;
- (E) Estatuto.

Conhecimentos Específicos

22

O diretor de finanças de uma construtora recebeu as seguintes incumbências: avaliar o desempenho financeiro da empresa e elaborar o orçamento para o ano de 2016. Ao realizar essas incumbências, o diretor estará exercendo, respectivamente, as seguintes funções administrativas:

- (A) controle e organização;
- (B) organização e planejamento;
- (C) direção e controle;
- (D) controle e planejamento;
- (E) organização e direção.

23

Uma empresa fabricante de chocolates acaba de realizar um treinamento voltado para a equipe de vendas. A gerente de recursos humanos gostaria de avaliar os resultados do treinamento no nível organizacional e no nível dos cargos. Seriam indicadores adequados, respectivamente:

- (A) redução do absenteísmo e melhoria da qualidade;
- (B) aumento da eficácia organizacional e melhoria da qualidade de vida no trabalho (QVT);
- (C) melhoria no atendimento ao cliente e alcance dos objetivos de treinamento;
- (D) melhoria do clima organizacional e redução da rotatividade;
- (E) melhoria da imagem da empresa e aumento da produtividade.

24

A diretora de recursos humanos de uma empresa fabricante de móveis quer adotar indicadores para avaliar o desempenho operacional dos processos sob responsabilidade da sua área. Seriam indicadores adequados, entre outros:

- (A) salário médio por empregado e *turnover* global;
- (B) passivo trabalhista total e retorno médio por empregado;
- (C) índice de preenchimento de vagas no prazo e percentual de remuneração variável sobre os salários;
- (D) índice de retenção e número total da força de trabalho;
- (E) índice de empregados de alta *performance* e absenteísmo total.

25

Um gerente de produção precisa decidir o volume de produção da fábrica para o mês de julho. A tabela abaixo exhibe a matriz de resultados associados a três alternativas de produção, bem como as probabilidades das vendas estimadas.

VENDAS (UNIDADES)	PRODUÇÃO (UNIDADES)			PROBABILIDADE
	1000	2000	3000	
1000	R\$5.000,00	R\$6.000,00	-R\$3.000,00	10%
2000	R\$2.000,00	R\$10.000,00	R\$6.000,00	25%
3000	- R\$1.000,00	R\$6.000,00	R\$15.000,00	50%

Pelo critério de maior valor esperado, o gerente deveria optar por produzir:

- (A) 1000 unidades, com valor esperado de R\$7.000,00;
- (B) 2000 unidades, com valor esperado de R\$22.000,00;
- (C) 3000 unidades, com valor esperado de R\$10.200,00;
- (D) 2000 unidades, com valor esperado de R\$6.100,00;
- (E) 3000 unidades, com valor esperado de R\$8.700,00.

26

Uma pesquisa sobre valores e expectativas de recompensa no trabalho realizada junto a uma equipe, apresentou os seguintes resultados: os membros da equipe desejam mais autonomia para a realização do trabalho; consideram que o *feedback* da chefia é lento e insuficiente; a maioria se considera capaz e gostaria de assumir mais responsabilidades do que as que têm no momento; percebem que seus esforços são recompensados da mesma forma que os esforços dos colegas. De acordo com as teorias de motivação, os membros da equipe apresentam necessidade de:

- (A) poder e percepção de equidade;
- (B) poder e percepção de iniquidade;
- (C) realização e percepção de equidade;
- (D) realização e percepção de iniquidade;
- (E) afiliação e percepção de equidade.

27

Uma das etapas do processo decisório nas organizações é a avaliação e comparação de alternativas de ação. São critérios relevantes para a avaliação de alternativas no processo decisório organizacional:

- (A) pressão competitiva e número de alternativas;
- (B) risco e tempo de implementação;
- (C) impacto financeiro e solução satisfatória;
- (D) diagnóstico da situação e recursos necessários;
- (E) identificação do problema e complexidade.

28

Uma empresa de alimentos iniciou suas atividades há dois anos e encontra-se em fase de expansão, conquistando espaço no mercado. A empresa vem desenvolvendo e aperfeiçoando produtos, ampliando a capacidade produtiva, investindo em infraestrutura e desenvolvendo relacionamento com clientes. O presidente da empresa quer adotar o *balanced scorecard* e está especialmente atento à perspectiva financeira. Tendo em vista a fase em que a empresa se encontra e a estratégia que vem adotando, seriam indicadores adequados para a perspectiva financeira do *balanced scorecard*:

- (A) taxa de utilização dos ativos e percentual de clientes não lucrativos;
- (B) aumento da taxa de vendas por segmento e percentual da receita gerado por novos clientes;
- (C) taxa de redução de custos e lucratividade por cliente;
- (D) receita por funcionário e taxa de utilização dos ativos;
- (E) investimentos em P&D em relação às vendas e taxa de redução de custos.

29

Uma empresa de médio porte atua em um mercado inovador e dinâmico. Nesse contexto, a gestão da cadeia de valor deve ser voltada, principalmente, para:

- (A) escolha de fornecedores de baixo custo e manutenção de estoques na cadeia;
- (B) escolha de fornecedores de baixo custo e centralização do processo de compras;
- (C) escolha de fornecedores flexíveis e manutenção de estoques na cadeia;
- (D) manutenção de estoques na cadeia e centralização do processo de compras;
- (E) manutenção de níveis reduzidos de estoque e adoção de sistemas *just-in-time*.

30

Uma empresa quer adotar o *balanced scorecard* como ferramenta de gestão. O diretor de recursos humanos precisa propor indicadores relativos à categoria de objetivos “capacidade dos funcionários”, dentro da perspectiva “aprendizado e crescimento” do *balanced scorecard*. Seria um indicador adequado:

- (A) produtividade por funcionário;
- (B) número de sugestões por funcionário;
- (C) taxa de melhorias efetivas nos processos críticos;
- (D) satisfação dos clientes;
- (E) percentual de planos de negócios desenvolvidos pelas equipes.

31

Em uma equipe de trabalho de cinco pessoas, um dos membros se destaca pela preocupação com o estabelecimento de regras e por ser detalhista sobre quase todos os aspectos do trabalho realizado – chegando, às vezes, a passar longo tempo verificando relatórios produzidos por outros membros da equipe. Ele afirma que sua intenção é que “os erros e imprecisões sejam evitados, para que a própria equipe não se prejudique”. O papel que esse membro da equipe desempenha é o de:

- (A) conector;
- (B) relator/conselheiro;
- (C) defensor/mantenedor;
- (D) controlador/inspetor;
- (E) conclusor/produtor.

32

Na empresa Alfa, a avaliação de desempenho é feita conjuntamente pela área de recursos humanos e pelas áreas funcionais. Os especialistas da área de recursos humanos reúnem-se com os gerentes de linha para entrevistá-los e assim, em conjunto, avaliam o desempenho dos empregados – bem como planejam as ações futuras para melhoria do desempenho. O método de avaliação de desempenho utilizado pela empresa Alfa é do tipo:

- (A) pesquisa de campo;
- (B) avaliação participativa por objetivos;
- (C) avaliação 360 graus;
- (D) escolha forçada;
- (E) incidentes críticos.

33

Uma empresa localizada no Sul do Brasil opera em um ambiente relativamente estável e tem como estratégia a busca por eficiência operacional. A empresa é muito bem sucedida e seus dirigentes pretendem rever a estratégia da empresa, privilegiando a diversificação de produtos e a entrada em novas áreas do país. Para dar sustentação à estratégia, a empresa pretende criar uma nova divisão localizada no Nordeste – o que significa alterar a estrutura atual da empresa de funcional para divisional. Entre as possíveis desvantagens da nova estrutura em relação à anterior estão:

- (A) perda de eficiência operacional e dificuldade de responsabilização;
- (B) perda de capacidade de resposta ao mercado e dificuldade de coordenação;
- (C) surgimento de conflito entre as áreas da empresa e dificuldade de avaliação de resultados;
- (D) centralização das decisões e surgimento de conflito entre as áreas da empresa;
- (E) perda de eficiência operacional e dificuldade de coordenação.

34

Um especialista com grande experiência e conhecimento técnico acaba de ser promovido a gerente da área de TI. Embora sua *expertise* técnica seja reconhecida por todos os funcionários da área, e mesmo em outras áreas da empresa, o especialista tem fama de ser uma pessoa “de trato difícil” e por “só conhecer a sua área, e não a empresa como um todo”. Ciente desses fatos, o diretor da área de TI gostaria de superar essas limitações através do treinamento e desenvolvimento do especialista para as novas atribuições. Seriam métodos de desenvolvimento de pessoas adequados para isso:

- (A) rotação de cargos e mentoria;
- (B) atribuição de comissões e treinamento fora da empresa;
- (C) estudo de casos e desenvolvimento de carreira;
- (D) reunião de confrontação e análise transaccional;
- (E) *coaching* e desenvolvimento de equipes.

35

Uma empresa atua em um ambiente estável e adota estratégia de negócio conservadora e defensiva. Nesse contexto, a estratégia de recursos humanos relativa à admissão de funcionários deve estar voltada para:

- (A) recrutamento externo e decisão descentralizada nas gerências;
- (B) recrutamento externo e decisão centralizada na área de recursos humanos;
- (C) decisão descentralizada nas gerências e ênfase nas qualificações técnicas;
- (D) recrutamento interno e ênfase nas qualificações técnicas;
- (E) recrutamento interno e ênfase na adequação da pessoa à cultura da empresa.

36

Um gerente recebeu uma avaliação negativa do desempenho da sua equipe. Surpreso com os resultados, ele convocou a equipe, apresentou os resultados e perguntou como aquilo podia ter acontecido, se todos os relatórios e informações que recebia dos subordinados apontavam que as atividades estavam sendo desempenhadas sem problemas e os resultados estavam sendo atingidos. Os subordinados reconheceram que muitas vezes amenizaram as más notícias, para evitar “problemas com o chefe”. Essa atitude dos subordinados indica que ocorreu a seguinte barreira à comunicação:

- (A) sobrecarga de informações;
- (B) canal inadequado;
- (C) *feedback* inadequado;
- (D) percepção seletiva;
- (E) filtragem.

37

Um gerente precisa escolher entre três fornecedores de matéria-prima. A tabela abaixo representa a matriz de prioridades que o gerente montou para apoiá-lo nessa decisão.

FORNECEDOR	PREÇO (peso 10)	QUALIDADE (peso 5)	PRAZO DE ENTREGA (peso 5)	ASSISTÊNCIA TÉCNICA (peso 2)
A	5	8	8	8
B	4	5	8	4
C	6	10	4	5

Nessa situação, a melhor alternativa é:

- (A) fornecedor A, com 146 pontos;
- (B) fornecedor B, com 113 pontos;
- (C) fornecedor C, com 150 pontos;
- (D) fornecedor C, com 140 pontos;
- (E) fornecedor A, com 138 pontos.

38

Um analista administrativo recomendou ao Secretário de Saúde de seu município que adotasse uma departamentalização por programa, considerando ser central a esse tipo de departamentalização a característica de:

- (A) ser mais centralizada e facilitar o controle por função;
- (B) distribuir funcionalmente tarefas e responsabilidades dentro de cada especialidade;
- (C) produzir alto nível de diferenciação devido ao alto grau de especialização em cada departamento;
- (D) gerar pontos de vista compartilhados entre os membros de cada departamento e distintos entre estes;
- (E) construir os departamentos com foco nos serviços, incluindo as mais diversas especialidades em cada um deles.

39

O processo de aquisição de bens para uma organização pública foi paralisado sob o argumento de que a aquisição, dada a natureza dos objetos especificados, não estava voltada ao interesse público. Nesse caso, a paralisação está sustentada no argumento de que o processo fere o princípio da:

- (A) eficiência;
- (B) finalidade;
- (C) igualdade;
- (D) publicidade;
- (E) continuidade.

40

Ao discutir os diferentes paradigmas da administração pública, um servidor público mostrou-se favorável àquele no qual as práticas de gestão estão vinculadas às ciências jurídicas e administrativas modernas, sendo o Estado-Nação o único responsável pelo planejamento, organização, implementação e avaliação da ação pública.

O paradigma apontado pelo servidor é aquele denominado:

- (A) pluralista;
- (B) sistêmico;
- (C) gerencialista;
- (D) sociopolítico;
- (E) estadocêntrico.

41

As reformas administrativas no Brasil, em grande medida, mostraram-se voltadas à eliminação do patrimonialismo. Em relação ao patrimonialismo, é correto afirmar que:

- (A) o quadro administrativo é formado por pessoas com vínculo de fidelidade pessoal;
- (B) os processos e controles são centrais ao funcionamento das organizações;
- (C) a impessoalidade nas relações é uma característica fundamental;
- (D) a periferia operacional é separada do núcleo estratégico;
- (E) os serviços são moldados como quasi-mercados.

42

No contexto da nova gestão pública, a agenda de reforma denominada "Reinventando o Governo" apresentou um conjunto de princípios redigidos na forma de metáforas.

Dentre elas, destaca-se aquela na qual é necessário:

- (A) "pensar estrategicamente, agir democraticamente";
- (B) "dar valor às pessoas, não apenas à produtividade";
- (C) "reconhecer que accountability não é simples";
- (D) "melhor empoderar atores do que servi-los";
- (E) "servir cidadãos, não consumidores".

43

Na formulação e avaliação de políticas públicas de educação no Brasil, pode-se considerar que as decisões correntes são marginais, uma vez que as decisões tomadas no passado constroem decisões futuras e limitam a capacidade dos governos de adotar novas políticas públicas ou de reverter a rota das políticas em vigor.

Nesse caso, considera-se que a política pública segue um:

- (A) processo incremental;
- (B) tipo de política pública;
- (C) ciclo de política pública;
- (D) sistema de tentativa e erro;
- (E) número de coalizões de defesa.

44

Um analista de políticas públicas destacou em seu relatório a importância das instituições para a decisão tomada e, conseqüentemente, seus resultados.

Considerando a importância das instituições no processo, seu relatório aponta que a decisão levou em consideração:

- (A) a existência de informação incompleta e assimétrica;
- (B) a prevalência do cálculo racional e do autointeresse individual;
- (C) a racionalidade limitada das decisões diante da complexidade da política;
- (D) a captura das agências governamentais por interesses particularistas;
- (E) a socialização de regras, papéis, identidades e ideias percebidas pelos decisores.

45

No processo orçamentário no Brasil, mostra-se fundamental a atuação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no legislativo. Um servidor público cometeu um erro no processo e apontou ao dirigente máximo da organização onde atua, equivocadamente, que é competência dessa comissão:

- (A) examinar planos e programas nacionais, regionais e setoriais;
- (B) emitir parecer sobre contas prestadas pelos poderes da República;
- (C) analisar projetos de lei relativos ao orçamento anual e aos créditos adicionais;
- (D) elaborar o plano plurianual e o projeto de lei de diretrizes orçamentárias;
- (E) estudar e elaborar parecer sobre os relatórios de gestão fiscal previstos na LDO.

46

Um servidor público, especialista em flexibilização da ação do Estado, está participando de um projeto para contratação de uma parceria público-privada (PPP) no âmbito da organização da administração direta em que atua. Em uma das reuniões preliminares ele informou, corretamente, à equipe que na contratação de uma PPP é permitido ter:

- (A) mão de obra como objeto único;
- (B) valor inferior a dez milhões de reais;
- (C) concessão comum de serviços públicos;
- (D) períodos de prestação de serviço inferior a quatro anos;
- (E) contraprestação pecuniária do parceiro público ao privado.

47

O gestor de uma organização que atua na área de educação busca a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Para tal, a organização terá que cumprir o requisito de:

- (A) distribuir excedentes operacionais entre conselheiros, diretores e associados;
- (B) constituir conselho fiscal que emita parecer sobre relatórios de desempenho;
- (C) ter sido criada por órgão público ou por fundações públicas;
- (D) ser escola privada dedicada ao ensino formal não gratuito;
- (E) destinar seus serviços a um círculo de associados.

48

No Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado foram previstas algumas mudanças institucionais relacionadas à ação do Estado. Dentre elas, destacou-se à época a estratégia de publicização, visando à criação das Organizações Sociais que atuariam no setor do Estado denominado:

- (A) Institucional-Legal;
- (B) Núcleo Estratégico;
- (C) Atividades Exclusivas;
- (D) Serviços Não-Exclusivos;
- (E) Bens e Serviços para o Mercado.

49

O conceito de governança quando aplicado ao setor público sustenta-se em princípios fundamentais, dentre os quais aqueles relacionados aos padrões de comportamento.

Esse princípio relaciona-se:

- (A) à forma como a alta gestão é indicada e as responsabilidades são definidas para gerar confiabilidade;
- (B) à criação de órgãos de controle que garantam a eficiência das operações, garantindo que os objetivos da entidade sejam atingidos;
- (C) à publicação em tempo hábil de relatório anual, apresentando de forma clara e objetiva sua posição financeira e seu desempenho no uso dos recursos;
- (D) ao processo de prestação de contas e avaliação, tendo em vista os parâmetros de representatividade e eficiência;
- (E) ao fato de os membros das organizações públicas precisarem exercer a liderança como um modelo para os outros dentro da entidade.

50

A implantação de metodologias de gestão por resultados na administração pública sustenta-se em princípios fundamentais para seu sucesso.

Dentre eles, destaca-se a necessidade de garantir:

- (A) os objetivos institucionais claros e articulados para o conjunto de organizações do setor público;
- (B) o debate político incipiente sobre o conjunto de resultados estratégicos a serem buscados;
- (C) o sistema de informação contábil-gerencial voltado ao controle legal de procedimentos e atos;
- (D) a prevalência da “forma jurídica” sobre a “essência econômica” nos atos da gestão pública;
- (E) a constituição histórica de organizações públicas com mandatos e finalidades sobrepostos.

51

Na construção do mapa de indicadores de gestão de um programa público, o dirigente solicitou à equipe que fossem incluídos indicadores capazes de mensurar as consequências e os impactos da ação para o público-alvo e a sociedade.

Nesse sentido, o dirigente estava referindo-se aos indicadores de:

- (A) eficiência;
- (B) execução;
- (C) excelência;
- (D) efetividade;
- (E) economicidade.

52

Em matéria de licitação, o ordenamento jurídico estabelece que a modalidade de pregão:

- (A) pode ser adotada para concessão de serviços públicos, que consiste na delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente à pessoa jurídica, cujo valor do contrato seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (B) é conduzida pela comissão permanente de licitação que, por meio de seu presidente, deverá exigir dos licitantes garantia de proposta e aquisição do edital, como condição para participação no certame;
- (C) inicialmente ocorre com a análise da habilitação definitiva de todos os licitantes e somente os que estiverem em situação regular participam da fase final, que é o julgamento da proposta mais vantajosa para a Administração Pública contratante;
- (D) pode ser adotada para aquisição de bens e serviços comuns, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, independentemente do valor estimado do futuro contrato;
- (E) é obrigatória para obras e serviços de engenharia acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e para compras e serviços comuns que não sejam de engenharia acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

53

O fórum de determinada comarca do interior do Estado de Rondônia mudou de endereço e as novas instalações do Poder Judiciário na cidade não mais comportam sala para a Defensoria Pública. Desejando proporcionar melhores condições de trabalho para os Defensores Públicos e os cidadãos assistidos em geral, a Defensoria Pública optou pela locação de um imóvel situado ao lado do novo fórum, onde funcionava uma antiga pousada. Tal imóvel será destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Defensoria, cujas necessidades de instalação e localização condicionaram a sua escolha. Assim, após constatado que o preço do aluguel está compatível com o valor de mercado (sete mil reais por mês), segundo avaliação prévia, e adotadas todas as cautelas legais, a Defensoria Pública firmou o contrato de locação, pelo período inicial de três anos. No caso em tela, para que a contratação tenha sido formalizada de acordo com a legalidade, é correto afirmar que:

- (A) foi necessariamente precedida de licitação, na modalidade convite;
- (B) foi necessariamente precedida de licitação, na modalidade tomada de preços;
- (C) foi necessariamente precedida de licitação, na modalidade concorrência;
- (D) pode ter sido precedida de dispensa de licitação, diante de expressa previsão legal;
- (E) pode ter sido precedida de inexigibilidade de licitação, diante de expressa previsão legal.

Legislação Institucional

54

Consoante dispõe a Constituição do Estado de Rondônia, é exemplo de garantia dos membros da Defensoria Pública a:

- (A) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;
- (B) vitaliciedade, que será adquirida após dois anos de exercício, somente podendo ocorrer a perda do cargo mediante sentença judicial transitada em julgado, assegurada ampla defesa;
- (C) promoção voluntária de categoria para categoria, sempre por antiguidade, por meio de lista tríplice no terço mais antigo da carreira elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública;
- (D) estabilidade, após dois anos de exercício, não podendo ser os Defensores Públicos demitidos do cargo senão por sentença judicial em processo em que lhes seja assegurada ampla defesa;
- (E) possibilidade de exercício de advocacia privada (exceto contra os interesses do ente federativo a que estiverem vinculados) e de participação em sociedade empresarial, na condição de sócio administrador.

55

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/94, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, é função institucional da Defensoria Pública, dentre outras:

- (A) exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais (vedado o patrocínio de pessoas jurídicas), em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias;
- (B) promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- (C) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em processos judiciais (vedada a atuação em processos administrativos), perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias;
- (D) prestar orientação jurídica e promover a defesa dos direitos individuais e coletivos da pessoa jurídica de direito público interno a que estiver vinculada, nos processos judiciais, em todos os graus, de forma integral e gratuita;
- (E) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição, na defesa dos direitos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.

56

É prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado prevista na Lei Complementar Federal nº 80/94:

- (A) não ser preso, inclusive na hipótese de flagrante delito, senão por ordem judicial escrita e devidamente fundamentada, no bojo de processo judicial em que lhes tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (B) comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, exceto quando estes se acharem presos e incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais e prisionais, independentemente de prévio agendamento;
- (C) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;
- (D) representar a parte assistida, em feito administrativo ou judicial, necessariamente mediante instrumento de mandato outorgando-lhes poderes específicos para tal, independentemente de a lei exigir poderes especiais para o caso;
- (E) ser investigado pela prática de crime comum exclusivamente pelo Defensor Público-Geral e, quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de crime por Defensor Público, a autoridade policial encaminhará a investigação imediatamente ao chefe institucional.

57

Ao dispor sobre normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, a Lei Complementar Federal nº 80/94 estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Defensoria Pública do Estado, quanto à legalidade, legitimidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo:

- (A) Poder Executivo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas;
- (B) Tribunal de Contas, mediante controle externo feito pelo Poder Judiciário, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (C) Tribunal de Contas, mediante controle interno, e pelo sistema de controle interno do Poder Judiciário;
- (D) Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (E) Poder Judiciário, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas.

58

O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia dispõe que o serviço extraordinário tem caráter eventual e só será admitido em situações excepcionais e temporárias, sendo remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho. Nesse contexto, aponte as consequências das condutas dos seguintes servidores estaduais ocupantes de cargo efetivo:

Caso 1: Alberto atestou falsamente a prestação de serviço extraordinário.

Caso 2: João se recusou, sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário.

- (A) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de suspensão;
- (B) Alberto será punido com pena de suspensão e João com pena de repreensão;
- (C) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de exoneração;
- (D) ambos serão punidos com pena de repreensão e, no caso de reincidência, com a suspensão;
- (E) ambos serão punidos com pena de suspensão e, no caso de reincidência, com a demissão.

59

Marcela, servidora pública civil estável estadual de Rondônia ocupante de cargo efetivo, pretende obter licença por motivo de doença em pessoa da família para dar assistência a seu irmão, acometido de grave enfermidade. Com base no regime jurídico que disciplina a matéria previsto na Lei Complementar Estadual nº 68/1992, é correto afirmar que a licença pretendida por Marcela será concedida:

- (A) sem remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até doze meses, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (B) sem remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada por até cento e oitenta dias, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (C) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada sem remuneração pelo período máximo de até trinta e seis meses, mediante parecer da Junta Médica;
- (D) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até noventa dias, mediante parecer da Junta Médica e, excedendo estes prazos, sem remuneração, até o máximo de vinte e quatro meses;
- (E) sem prejuízo da remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada sem remuneração por até seis meses, mediante parecer da Junta Médica, e a servidora tem prazo de quinze dias após a cessação da causa da doença para se apresentar ao serviço.

60

Consoante dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 68/1992), é dever do servidor:

- (A) conceder diárias com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos, bem como recebê-las pela mesma razão ou fundamento;
- (B) aliciar, de acordo com sua liberdade de manifestação, subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical;
- (C) promover manifestações de apreço ou despreço no recinto da repartição, de acordo com sua liberdade de opinião;
- (D) manter conduta compatível com a moralidade e a improbidade administrativas;
- (E) atender prontamente às requisições para defesa da Fazenda Pública e à expedição de certidões.

61

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é órgão normativo, consultivo e deliberativo, incumbido de superintender a atuação da Defensoria Pública, bem como zelar pela observância dos princípios institucionais do órgão. Nesse contexto, de acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 117/94), compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública:

- (A) organizar e realizar concursos públicos, elaborar listas de antiguidade, aprovar o funcionamento de estágio probatório, aprovar ou impugnar procedimentos relativos ao estágio probatório e homologar resultados dos concursos de ingresso;
- (B) promover os registros estatísticos da produção dos membros da Defensoria Pública e de pastas de assentamentos e prontuários referentes a cada um, para os devidos fins, inclusive para efeito de aferição de merecimento;
- (C) estabelecer o horário de funcionamento, a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública e autorizar os afastamentos dos membros da Defensoria Pública do Estado;
- (D) designar membro da Defensoria Pública do Estado para exercício de suas atribuições em órgão de atuação diverso de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízos, Tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;
- (E) elaborar, anualmente, a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública, fazendo-a publicar no Diário Oficial e encaminhar ao Poder Executivo os expedientes, atos e estudos do interesse da Defensoria Pública.

62

Em matéria criminal, consoante dispõe a Lei Complementar Estadual de Rondônia nº 117/94, compete aos Defensores Públicos:

- (A) defender, nos processos criminais, os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis, independentemente da declaração de hipossuficiência econômica;
- (B) exercer a defesa, nos processos criminais, dos réus com hipossuficiência econômica, exceto os policiais militares junto à Auditoria Militar;
- (C) defender, nos processos criminais, todos os réus com hipossuficiência econômica, e exercer o controle externo da atividade policial;
- (D) requerer a transferência de presos para local adequado e propor ação penal pública condicionada à representação, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada;
- (E) atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, e propor ação penal pública incondicionada, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada.

63

Edson, Defensor Público Estadual de Rondônia, foi condenado em processo criminal transitado em julgado, a seis anos de reclusão pela prática de peculato. Considerando que se trata de crime contra a administração pública, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 117/94, tal fato:

- (A) não constitui causa para sua demissão, nem que haja processo próprio para tal, pela independência das instâncias civil, penal e administrativa;
- (B) não constitui causa para sua demissão, para evitar o *bis in idem*, ou seja, para impedir que o réu seja punido mais de uma vez pelos mesmos fatos;
- (C) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve juntamente com a ação penal, na forma da lei;
- (D) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve no prazo de 03 (três) anos, na forma da lei;
- (E) constitui causa para sua suspensão durante o período de cumprimento da pena, sem direito à remuneração, na forma da lei.

64

A Lei Ordinária Federal nº 1.060/50 dispõe que a assistência judiciária aos necessitados:

- (A) engloba as taxas judiciárias, os selos, os emolumentos e custas devidos aos Juízes e serventuários da justiça, excluídos os devidos a órgãos do Ministério Público;
- (B) compreende as despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade;
- (C) abrange os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa, excluídos os honorários dos peritos;
- (D) inclui os honorários advocatícios e as custas processuais, excluídas as despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;
- (E) abarca os honorários advocatícios, as custas processuais, as taxas e selos judiciários e, quando o beneficiário da assistência for vencedor na causa, metade de tais valores será paga pelo vencido.

Geografia e História de Rondônia

65

“Há sinais desse movimento desde a época do descobrimento, mas foi no governo de Getúlio Vargas (1930/1945) que a colonização da floresta passou a ser vista como estratégica para os interesses nacionais. Era a época da Marcha para o Oeste.

(...) Durante a ditadura militar, a política para a Amazônia ficou conhecida pelo lema ‘Integrar para não Entregar’.”

(Peixoto, Fabrícia. *Linha do tempo: Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia*. Disponível em www.bbc.co.uk)

A ocupação da Amazônia ganhou fôlego no século XX, como mostra o trecho da reportagem acima. Sobre as consequências dessa ocupação, pode-se destacar:

- (A) o desenvolvimento econômico baseado nos princípios da sustentabilidade, que garantiu a preservação da floresta;
- (B) a demarcação das terras dos grupos indígenas que viviam na região, evitando conflitos por terras;
- (C) a forte deterioração do bioma da região norte, como consequência da exploração desenfreada da região;
- (D) a adoção de um padrão de transportes ferroviário, distinto do restante do país;
- (E) a abertura das fronteiras à penetração de países vizinhos que exploravam a região.

66

Em 2012, foi comemorado o centenário de inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré. Tal construção, vista como difícil e complexa, com tentativas fracassadas no século XIX, custou a vida de inúmeros operários, e, durante o período da ditadura militar no país, acabou desativada, no governo do presidente Castelo Branco, em 1966. A justificativa para tal medida foi:

- (A) a preservação ambiental local através do fim das atividades econômicas na região;
- (B) o incremento do transporte fluvial, aproveitando o potencial dos rios da região;
- (C) o redirecionamento dos investimentos para o transporte aéreo com a construção de vários aeroportos;
- (D) o incentivo ao transporte rodoviário com a construção de estradas na região;
- (E) o afastamento do capital estrangeiro da estrutura de transporte da região norte.

67

A região Norte, em especial o Vale do Madeira, teve a sua economia baseada no extrativismo e, como decorrência da sua formação social, o trabalho indígena, escravo ou não, foi largamente utilizado. No entanto, no início do século XX, ocorreu uma alteração nesse quadro relativo à mão de obra, com a não utilização de indígenas.

O fator que justificou tal alteração foi:

- (A) o fim da escravidão no Brasil no final do século XIX, atraindo a mão de obra imigrante para a região;
- (B) a política oficial dos governos republicanos de forçar a migração do sul para o norte do país;
- (C) a seca prolongada no nordeste, que forçou a migração deste contingente populacional para a região norte;
- (D) a decadência do café do Vale do Paraíba levando a população camponesa dessa área para o norte do país;
- (E) os investimentos do capital japonês na borracha da região norte, trazendo a mão de obra oriental para o Brasil.

68

“A permanência do Presidente da República em Porto Velho serviu para assentar as bases da criação de um Território Federal nas áreas dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim...”

(PINTO, Emanuel Pontes. *Território Federal do Guaporé*. Viçosa, 2003)

A criação do Território do Guaporé foi motivada pela:

- (A) política industrializante voltada à região amazônica;
- (B) pressão política das oligarquias rurais de Porto Velho;
- (C) possibilidade de aumento da produção de borracha;
- (D) necessidade de proteção das fronteiras brasileiras;
- (E) descentralização do poder político nacional.

69

“Rondônia passou (...) a representar novamente uma fronteira de expansão da produção de soja, e os atores econômicos devem dar o devido destaque para esse espaço juntamente com o Estado do Mato Grosso.”

(EGLER, Claudio. *A Pré-Amazônia Mato-Grossense no Contexto Nacional e Sul Americano*. In: *Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense: Impactos Socioambientais*. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, p. 15-34, 2007)

A expansão da produção de soja no Estado de Rondônia ocorreu, principalmente:

- (A) na porção norte do território, em razão da presença da hidrovia do Madeira;
- (B) na porção oeste do território, pela facilidade de escoamento da produção pela Bolívia;
- (C) na porção central do território, onde houve fixação de muitos migrantes nordestinos;
- (D) na porção sudeste do estado, em razão da política territorial dos Eixos Nacionais de Integração;
- (E) na porção sul do estado, pela proximidade com a capital, que polarizou o poder político do estado.

70

A respeito da geodiversidade do relevo do Estado de Rondônia, considere as seguintes afirmativas:

I - No Estado de Rondônia, destacam-se os principais padrões geomorfológicos: planícies de inundação, baixadas fluviolacustres e terraços fluviais das várzeas dos rios Madeira-Mamoré-Guaporé; superfícies aplainadas sobre o embasamento pré-cambriano; planaltos e serras decorrentes de dobramentos modernos.

II - As maiores elevações encontram-se nas Serras dos Pacaás Novos e Parecis, atingindo altitudes superiores a 1000 metros acima do nível do mar.

III - Na faixa sudoeste do estado, na fronteira com a Bolívia, ocorre uma vasta bacia sedimentar quaternária que se espalha pelo território boliviano, denominada Depressão do Guaporé.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

Realização

